

## A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (2019 - 2023): UMA REVISÃO CRÍTICA COM BASE NA LITERATURA ACADÊMICA

VANESSA RIBEIRO DIOGO<sup>1</sup>;  
VITÓRIA KASTER NEUTZLING<sup>2</sup>;  
CASSIANA SILVA DE FREITAS<sup>3</sup>;  
GABRIELLA DAS NEVES FURTADO<sup>4</sup>;  
GILCEANE CAETANO PORTO<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – vanessardiogo@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – vitoria.neutzling@email.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – cassi.imagine@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – gabi03nf@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – gilceanep@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A alfabetização, embora reconhecida como um direito fundamental, ainda enfrenta inúmeros desafios no Brasil, especialmente no que diz respeito à sua garantia com qualidade e equidade. Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo investigar os pressupostos teóricos, metodológicos e políticos da Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída em 2019 por meio do Decreto nº 9.765, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a partir da leitura e sistematização de produções acadêmicas que problematizam sua formulação, implementação e impactos no contexto educacional brasileiro.

A formulação da PNA foi alvo de inúmeras críticas por parte da comunidade acadêmica e de profissionais da educação, sobretudo por adotar, de maneira exclusiva, o método fônico como única diretriz para o processo de alfabetização. Conforme Morais (2019), essa escolha ignora a complexidade dos processos de leitura e escrita no desenvolvimento infantil, além de não considerar as diferentes realidades socioeconômicas e culturais das escolas brasileiras. A justificativa de embasamento científico, ancorada nas chamadas “ciências cognitivas”, tem sido amplamente questionada por estudiosos da área (Mortatti, 2008; Figueiredo, 2023), por desconsiderar o acúmulo histórico de saberes produzidos no campo da alfabetização no Brasil.

O estudo tem como base uma revisão bibliográfica de sete trabalhos acadêmicos (seis dissertações e uma tese) disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A análise dos textos foi guiada por três categorias principais, definidas a partir da leitura exploratória e das recorrências temáticas identificadas nos trabalhos: (1) alinhamento político-ideológico da PNA com o projeto neoliberal do governo Bolsonaro; (2) implicações da política na formação docente; e (3) críticas à adoção do método fônico como proposta central para a alfabetização. A sistematização dessas categorias permitiu a construção de uma discussão fundamentada nas evidências científicas produzidas por pesquisadores brasileiros do campo da alfabetização.

### 2. METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido no âmbito das atividades de pesquisa realizadas no Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e caráter crítico-analítico. A coleta do material foi

realizada por meio de buscas nas plataformas digitais da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, entre os meses de fevereiro e março de 2025. Foram utilizados como critérios de seleção: (1) o recorte temporal a partir da promulgação da política até a escrita deste trabalho; (2) o foco explícito na referida política; e (3) a relevância dos trabalhos para o campo da alfabetização e das políticas públicas educacionais.

Ao aplicar o descritor “Política Nacional de Alfabetização”, foram identificados inicialmente 110 trabalhos. Após leitura dos resumos, exclusão de duplicatas, publicações fora do período estipulado ou que abordavam outras políticas, foram selecionadas seis dissertações de mestrado e uma tese de doutorado para compor o corpus da pesquisa. Os estudos escolhidos tratam diretamente da PNA, analisando aspectos como o método fônico, a formação de professores, a influência do neoconservadorismo e a relação com as práticas pedagógicas nas redes públicas de ensino.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das sete produções acadêmicas selecionadas indica que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) refletiu um projeto político alinhado ao avanço do conservadorismo e à lógica neoliberal promovida durante o governo Bolsonaro. Os estudos convergem na compreensão de que a política foi concebida de maneira centralizadora, tecnicista e excludente, desconsiderando o debate com educadores, pesquisadores e a diversidade sociocultural que caracteriza a educação brasileira (Santos, 2023; Coutinho, 2023).

Do ponto de vista político-ideológico, a PNA apresenta fortes marcas de um discurso de oposição ao legado freireano, ao construtivismo e às abordagens pedagógicas centradas na formação crítica e no letramento. Segundo Lapuente; Porto; Del Pino e Silva (2023), a política opera como ferramenta de controle e homogeneização da prática docente, ancorando-se em um discurso supostamente científico que legitima a imposição do método fônico como único, o que prejudica a autonomia pedagógica.

No que se refere à formação docente, as produções analisadas revelam que a política não apenas restringiu a discussão sobre alfabetização a uma dimensão técnica, como também desconsiderou aspectos históricos, políticos, filosóficos e sociais que envolvem o trabalho pedagógico. Conforme Almeida (2022), a redução da formação ao ensino mecânico de habilidades específicas compromete a construção de uma prática reflexiva e emancipadora, promovendo a culpabilização do professor pelos problemas estruturais da educação brasileira. Hypólito (2015) já alertava para o uso recorrente de relatórios internacionais como justificativa para fragilizar a formação docente nacional, o que também ocorreu na formulação da PNA.

A crítica ao método fônico, adotado como eixo central da política, é recorrente entre os autores analisados. Figueiredo (2023) aponta que, ao privilegiar a decodificação como ponto de partida para o processo de alfabetização, a PNA desconsidera a inserção significativa da criança na cultura escrita, reduzindo-a à função de reproduutora de códigos. Essa concepção tecnicista é refutada por Soares (2004), que defende que a alfabetização só adquire sentido quando associada a práticas sociais reais de leitura e escrita. Do mesmo modo, Bragamonte (2022) reforça que os processos de aprendizagem

devem respeitar o tempo, o contexto e o protagonismo das crianças, e não se restringirem a treinamentos padronizados.

Outro ponto de destaque é o descolamento da política em relação à realidade das escolas públicas brasileiras. A autora Kaszceszen (2021) critica o uso de referências internacionais descontextualizadas, desconsiderando as condições materiais e históricas das escolas, principalmente aquelas situadas em territórios de vulnerabilidade social. As publicações também denunciam o vínculo da política com interesses mercantis, que visam a comercialização de pacotes pedagógicos prontos e a substituição da autonomia dos sistemas públicos de ensino por modelos privatizados.

As análises realizadas evidenciam que a PNA operou como instrumento de esvaziamento do debate pedagógico e de imposição de uma concepção reducionista de alfabetização, negando os avanços teóricos e práticos acumulados ao longo das últimas décadas no campo educacional brasileiro.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise crítica da Política Nacional de Alfabetização (PNA), à luz das produções acadêmicas selecionadas, evidenciou que a referida política esteve a serviço de um projeto político-ideológico conservador e tecnicista, que desconsiderou a complexidade dos processos de alfabetização no Brasil. Ao centralizar o método fônico como única diretriz metodológica, a PNA desconsiderou as diversas realidades escolares e ignorou saberes historicamente construídos no campo educacional, reforçando desigualdades e esvaziando o debate pedagógico.

Com a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) em 2023, foi revogada a PNA. Esse momento representa um movimento de ruptura com uma visão tecnicista e centralizadora, recolocando no centro do debate a valorização da diversidade de práticas pedagógicas, da formação docente e da autonomia escolar. Diferentemente da PNA, o CNCA foi construído a partir do diálogo com estados, municípios e a comunidade acadêmica, e tem como objetivo garantir a alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental, com equidade e qualidade. Essa mudança evidencia a retomada de uma perspectiva democrática para a alfabetização no Brasil, reforçando o compromisso com a escola pública e com o direito à educação como garantia.

A relevância deste trabalho reside na sistematização de uma produção acadêmica crítica, que denuncia uma política educacional formulada sem diálogo com os sujeitos que atuam cotidianamente na escola pública. Ao reunir, analisar e confrontar os argumentos presentes em dissertações e teses sobre a PNA, o estudo reafirma a importância de uma alfabetização comprometida com a formação plena do sujeito, com práticas pedagógicas contextualizadas e baseadas na valorização da autonomia docente. Reafirma-se a importância de políticas públicas educacionais construídas de forma democrática, participativa e embasadas em concepções de alfabetização que reconheçam a centralidade da linguagem, da cultura e da diversidade nos processos de aprendizagem.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F.I. **Política Nacional de Alfabetização:** possíveis implicações na formação do professor alfabetizador. 2022. 149f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2022.

BRAGAMONTE, P. L. A. **Governamentalidade neoliberal e os deslocamentos no eixo da inclusão nos discursos de alfabetização infantil da PNA (2019–2022)**. 2022. 242f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2022.

COUTINHO, G. C. A. S. **Análise da Política Nacional de Alfabetização do governo Bolsonaro. 2022.** 93f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2022.

FIGUEIREDO, Simone Oliveira Souza. **O processo alfabetizador da criança na perspectiva da política e gestão educacional: Política Nacional de Alfabetização em foco (2019–2022)**. 2023. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, 2023.

HYPÓLITO, Álvaro Luiz Moreira. Trabalho docente e o novo Plano Nacional de Educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517–534, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015143883>

KASZCESZEN, Fabiane. **Política Nacional de Alfabetização 2019: avanços ou retrocessos**. 2021. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Joinville, 2021.

LAPUENTE, Janaína Soares Martins; PORTO, Gilceane Caetano; DEL PINO, Mauro Augusto Burkert; SILVA, Simone Gonçalves da. A Política Nacional de Alfabetização e a produção da nova geração: um campo de disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 17, p. e5209004, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271995209>

MORAIS, Artur Gomes de. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 (Edição Especial), 2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/357>. Acesso em 28 jul. 2025.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista ACOALFAplp**: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11509>. Acesso em 28 jul. 2025.

SANTOS, Priscilla Jessica Santiago. **A Política Nacional de Alfabetização e o avanço da agenda neoconservadora no Brasil (2019–2022)**. 2023. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Inhumas, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Inhumas, 2023.

SOARES, Magda Becker. Letramento e escolarização. In: SOARES, Magda Becker (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.